

ANTIGUIDADE EM CONTEXTO: OS USOS DO PASSADO E SUAS INTENCIONALIDADES

**Douglas Cerdeira Bonfá¹
Karolini Batzakas de Souza Matos²**

RESUMO: Pensar o mundo antigo com olhos do presente sempre foi um desafio ao historiador. Por vezes, os antigos foram interpretados de modo arbitrário, usando-os como instrumento para confirmação e justificativa de um poder vigente. A antiguidade foi utilizada de maneira a exaltar governos tirânicos e autoritários. Nessa perspectiva, o presente artigo tem a intenção de pensar as análises teóricas propostas para o mundo antigo a partir da metodologia dos “Usos do passado”. A utilização do passado, posta como um problema de interpretação mensurada por uma disputa de poder, é aqui evidenciada e questionada. A partir das leituras sobre a antiguidade e do uso que dela é feita, nos posicionamos em favor de uma releitura do mundo antigo que busque repensar aspectos marginalizados e relativizar os discursos universais sobre os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Usos do passado. Antiguidade Clássica. História Antiga.

ANTIQUITY IN CONTEXT: PAST USES AND ITS INTENTIONALITIES

¹ Graduado em História e especialista em História Social pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada - SP, Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas - MG e doutorando em História Cultural na Universidade Estadual de Campinas, com financiamento CAPES (douglas.bonfa@hotmail.com). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3387-361X>>

² Graduada em História e especialista em Filosofia pela Universidade Estaduas de Feira de Santana – BA, Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas- SP, com bolsa do Cnpq e doutoranda em História Cultural pela Unicamp, com financiamento CAPES (karolini.batzakas@gmail.com). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6501-4978>>

ABSTRACT: Thinking the ancient world has been a challenge to the present-day historians. Through arbitrary interpretations of Antiquity, antidemocratic and authoritarian governments used the History and Archaeology as instruments to confirm and justify their hegemony. By using the concept of “Uses of past”, this article analyzes some modern theories on Ancient World. As a discourse of power, the political uses of Classical Antiquity are questioned in this article. Therefore, we argue for a re-reading of the Ancient World that relativizes the discourses intended to be universal.

KEYWORDS: Uses of the past. Classical Antiquity. Ancient History.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos no fazer História, tendo como ponto de partida Heródoto e Tucídides, perceberemos que, com o passar do tempo, aconteceram diversas mudanças que influenciaram no trabalho dos historiadores. Tais mudanças estariam relacionadas aos contextos nos quais acontece o fazer histórico, ou seja, no tempo presente do historiador. Durante a Antiguidade, no contexto que compreende as cidades-estados gregas – *pólis* –, temos Heródoto que inaugura a prática histórica a partir dos seus relatos e descrições de viagens. Ainda na Antiguidade, podemos destacar alguns intelectuais e seus diferentes modos de escrever a História: Cícero, influenciado pela História Humanista, Plutarco, adepto a *História Mestra da Vida* e Tucídides fazendo uso da História como gênero retórico (PAYEN, 2011).

Até o contexto do século XV a história era escrita com base em relatos contemporâneos ao autor, já a partir desse momento, entra em cena uma nova perspectiva historiográfica chamada de *História Erudita*, com Lorenzo Valla e Leonardo Bruni. Essa tendência viria a ganhar forças no século XVI, alavancada por intelectuais como Joseph Justus Scaliger, Isaac Casaubon, Juste Lipse e Claude Saumaise, resultando no chamado *Humanismo Erudito*. Já no final do século XVII e início do XVIII, essa perspectiva erudita deu forças

à criação de antiquários. Assim, a partir do final do século XVII, a história erudita começa a ser contestada, quanto ao seu uso. Nessa perspectiva, Arnaldo Momigliano, estudioso da história da historiografia, afirma que foi o método crítico de análise das fontes que os antiquários utilizavam que salvou a História do ceticismo. Surge, então, uma nova vertente que questiona a função da História, que pergunta se essa seria apenas um acúmulo de conhecimentos/memórias que pregaria uma ordenação racional e um progresso cronológico no passar dos tempos. Essa corrente teórica do século XX recebeu o nome de História Filosófica (PAYEN, 2011).

No contexto de formação dos Estados Nacionais, no século XIX, surge uma nova metodologia. Proposta pelos historiadores franceses Seignobos e Langlois, nasce a História Positivista, a nova vertente se apoiava na crença de que o trabalho do historiador estava pautado na análise de fontes escritas. Os documentos oficiais (escritos) eram tidos como fontes verídicas, pois entendia-se que somente esses continham caráter indubitável e trariam para a História legitimidade e veracidade. O novo método resultou em uma História que privilegiava transmitir os grandes fatos, as grandes personalidades, os aspectos políticos e institucionais (LE GOFF, 1990). Uma das críticas ao método positivista é o fato dele denominar a escrita como sendo o princípio do nascimento da História, relegando alguns povos à marginalidade. Outra contestação a essa metodologia é a forma com a qual o historiador analisa as fontes em busca de uma única função: retirar do documento tudo o que apresenta, sem acrescentar nada. O historiador competente seria aquele que se mantivesse mais próximo possível do que o documento relata, ou seja, da suposta verdade acerca dos fatos. Desta forma, a história tradicional visava fazer do documento um monumento, uma construção fixa e absoluta, descartando a possibilidade de mudança na interpretação e pesquisa dos eventos.

Por volta dos anos de 1920, em resposta a História positivista, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, criam a Escola dos *Annales*. A proposta era a aproximação entre as ciências humanas – História, Sociologia, Antropologia e afins – tentando sanar a lacuna existente na História positivista, que não respondia às questões conturbadas do contexto da crise econômica que assolava a Europa e os Estados Unidos. O trabalho do historiador passa a ser investigar “os homens no tempo”, indo ao passado não como um movimento passível de ser reconstituído, mas como fundamento para compreender as questões do presente; a História enquanto verdade fora deixada de lado em prol de uma verossimilhança, acreditava-se ser impossível chegar a uma realidade inquestionável, mas se pretendia chegar o mais próximo dela.

Após essa reestruturação historiográfica, ocorreu o desenvolvimento de novas metodologias. Dentre essas novas modalidades encontram-se a História das Mentalidades, a História Cultural, a Micro-história e a História Social. Uma das semelhanças entre esses novos aportes teóricos está na temática desenvolvida e nas fontes. Passa-se a valorizar as identidades culturais em substituição à identidade nacional anteriormente privilegiada. Muda-se das grandes instituições, das grandes personalidades, do factual para uma análise social e cultural dos indivíduos antes marginalizados, dá-se atenção para aspectos antes desprezados. A partir do contexto de pós Segunda Guerra Mundial e do processo de descolonização da Ásia e da África, as novas correntes historiográficas ganharam ainda mais força.

Essa breve apresentação sobre as transformações ocorridas na historiografia não tem a intenção de pensar neste processo como evolutivo, mas sim o intuito de demonstrar o dinamismo da História e a importância do contexto no trabalho dos historiadores. A partir dela convidamos nossos

leitores para uma reflexão sobre a disciplina de História Antiga no Brasil. A proposta para o presente artigo é pensar em como os usos do passado está em diálogo contínuo com a sociedade do presente.

HISTÓRIA ANTIGA COMO DISCIPLINA

A disciplina História Antiga tem esse nome por ser a primeira em uma sequência (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea) abrange, principalmente, conteúdos sobre Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma. Essas duas últimas são denominadas como Antiguidade Clássica por um recorte arbitrário, sendo conferido a elas o berço da civilização europeia, relegando as demais à marginalidade, colocando Grécia e Roma como a “nossa História”, a “História do Ocidente” e as demais como a “História dos outros” (GUARINELLO, 2013).

O contexto que compreende o nascimento da disciplina (História Antiga) remete a formação dos Estados Nacionais que, não por acaso, fizeram uso da mesma para criar, forjar e manipular indícios que ligassem suas raízes a um passado dito glorioso, reivindicando uma herança que viesse a justificar e legitimar suas atitudes imperialistas e a manutenção de seu poder. Isso fez com que, por muito tempo, a História Antiga fosse rotulada como uma disciplina eurocêntrica, conservadora e positivista (SILVA, 2011). Essa premissa abriu margem para que governos de cunho totalitários empreendessem ações preconceituosas e genocidas. Podemos vincular a esta vertente ideológica o governo da Alemanha nazista que, com seu discurso de unidade étnica, buscava uma ligação entre os alemães e os antigos arianos; também podemos mencionar o governo da Itália fascista e a Espanha Franquista como exemplos.

Em meio a essas ideias totalitárias aparecem conceitos de conservadorismo e moralidade, com a intenção de criar uma identidade nacional padronizada e homogênea, acreditando-se que, assim, iriam fortalecer o sentimento de nacionalismo e evitar tensões separatistas. Junto a essas ideias, encontramos teóricos que acabam por defender códigos de conduta, nesse sentido, são criados modelos a serem seguidos, delimitando padrões masculinos e femininos e determinando a função social tanto no âmbito familiar quanto no convívio em comunidade (PINTO, 2011).

Para citar apenas um exemplo, podemos mencionar a obra *A vida cotidiana em Roma*, do historiador francês Jérôme Carcopino. O livro está dividido em duas partes: *A cena da vida romana* e *O uso do tempo*. Na seção II da primeira parte, o capítulo II – *O matrimônio, a mulher e a família: vícios e virtudes* –, descreve como eram as relações familiares e qual era o papel da mulher. Ao lermos o capítulo, podemos observar que o autor transporta a visão e os pensamentos de seu contexto para a antiguidade, ao mesmo tempo em que busca nela, exemplos de conduta feminina e do matrimônio, que justifiquem os padrões de conduta modernos, ou seja, ele cria uma via de mão dupla onde projeta seus anseios no passado e seleciona aquilo que lhe seria pertinente de acordo com o contexto em que escreve. Separamos três fragmentos que demonstram o que aqui apresentamos.

O primeiro pertence ao subtítulo *Emancipação e heroísmo da mulher romana*.

Assim as heroínas sublimes, as mulheres irrepreensíveis e as matronas veneradas que a aristocracia imperial ainda conserva em seu seio, seria fácil, com efeito, opor-se às esposas “emancipadas”, ou melhor, “desenfreadas”, cujas diferentes espécies se tornaram multiplicou-se graças às novas condições do matrimônio romano: aquelas que, para não prejudicar sua

leveza, evitam os deveres da maternidade; aquelas que não pretendem contar a seus maridos em nenhum campo, e rivalizam com eles até mesmo em provas de força que pareceriam proibidas para seu sexo; e aquelas, enfim, que não contam com “viver a sua vida” ao lado dos maridos, conseguem, se necessário, vivê-la sem eles à custa de infidelidades ou abandono de que nem sequer se dão ao trabalho de envergonhado (CARCOPINO, 1942, p. 143-144).

No primeiro fragmento podemos observar que o autor trata com elogios as mulheres de nascimento romano que aceitam e exercem o papel de esposa e mãe que lhe foi imposto, em contrapartida, rechaça as que buscam igualdade e se impõem perante seus maridos e a sociedade. O segundo trecho faz uma pequena interlocução entre as mulheres romanas e as modernas, utiliza-se de sátiras e menciona outro autor, *Juvenal*, para ridicularizar as atitudes das que buscam igualdade e praticam atividades que, segundo Carcopino, seriam de exclusividade masculina.

Deixemos as “intelectuais” e passemos as “atletas”, que têm o privilégio de fazer trovejar ainda mais o satírico do que os “literatos”. Em nossos dias, quase com certeza, Juvenal teria exercido “motoristas” e “aviadoras”. Não economiza nos sarcasmos nem nos de seus contemporâneos que intervêm nas caçadas masculinas e, como Mévia, golpeiam com as mãos e os peitos para o alto, “abatem os javalis de Eturna”, nem as que assistem com roupa masculina as corridas de bigas, nem, acima de tudo, para aquelas que são apaixonadas por esgrima e luta. Ele ri com desdém e depreciação ao enumerar as peças que compõem os trajes dessas mulheres: endromídeos, braceletes, polainas, tahalies e cimeiras, evocando o *ceroma* com o qual elas ungem seus corpos e descrevendo os exercícios violentos nos quais elas exaurem suas forças (CARCOPINO, 1942, p. 147).

Por fim, no último fragmento, o autor tenta sinalizar qual seria o resultado dos atos das mulheres de sua época. Ele usa novamente os exemplos das “feministas” romanas e as projeta no mundo moderno, de modo a advertir a respeito das feministas do tempo presente.

[...] é evidente que a independência então desfrutada pelas mulheres romanas, frequentemente as levava a uma vida licenciosa e, naturalmente, a devassidão feminina levou ao rompimento dos laços familiares. Elas começaram vivendo como simples “vizinhas” de seus maridos (CARCOPINO, 1942, p. 149).

Essas formas de ler o mundo antigo viriam a mudar a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, quando países da Ásia e África conquistaram sua independência. Tais fatos viriam a influenciar diretamente no método de análise dos historiadores. Foi aberto espaço para novas abordagens que viriam a estudar as camadas populares, aqueles que, até então, eram relegados à marginalidade. Com isso, surgem temas que abordam questões culturais, diversidades e resistência; dando margem aos estudos dos povos provinciais, escravos, libertos, mulheres, entre outros (FUNARI, GARRAFFONI, 2018).

Esse novo olhar para a antiguidade só chegaria ao Brasil nos finais dos anos 80 e ganharia forças nos anos 90. As temáticas que tratam dos subalternos na História Antiga chegam tardiamente ao Brasil. O motivo está na implantação da disciplina durante a ditadura civil-militar, por meio do professor Eurípedes Simão de Paula; o período impossibilitou o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temas que eram considerados subversivos à época (CARVALHO, FUNARI, 2007).

Desde a redemocratização o Brasil vem contribuindo significativamente com os estudos sobre a Antiguidade. Por não pertencer ao eixo europeu e

por suas características como a diversidade cultural e a sua herança histórica como país colonizado, possibilita uma interpretação ímpar e significativa. Afinal, abordar temas que envolvem discussões como diversidade, gênero e sexualidade é de extrema importância para nosso contexto.

A HISTÓRIA E OS “USOS DO PASSADO”: UMA HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

Ao repensar os “usos do passado”, pesquisadores da História Antiga redirecionam o olhar de seus leitores para novas interpretações sobre o objeto antigo, ressignificando o seu discurso e dando vazão a personagens outrora marginalizados – mulheres, escravos, metecos, camponeses – ou a discussões silenciadas – a participação feminina no contexto patriarcal, o questionamento da visão heroica. Na historiografia grega, por exemplo, Alexandre, o grande, ou o afrocentrismo na narrativa em que Cleópatra é colocada como indubitavelmente negra é questionado e refutado. Enfim, a metodologia “usos do passado” propõe novos horizontes de análises para cada período antigo.

Diferente da Europa que via na História Antiga uma herança cultural a ser exaltada e nacionalizada, no Brasil, a antiguidade ganha parâmetros outros, olha-se para os subalternizados.

A história do mundo antigo com frequência atuou na construção da ideia de nação de muitos países europeus, pela glorificação do passado e a legitimação de seu presente por ele. Chamada a se pronunciar ora para legitimar ascendências étnicas gloriosas ou para conferir direitos territoriais assentados na ancestralidade de ocupação dos espaços, a História Antiga teve a esse respeito um papel definidor (SILVA, 2011, p. 4).

Assim, tendo se distanciado do nacionalismo, os pesquisadores da História Antiga no Brasil se preocuparam e se preocupam em olhar para aqueles marginalizados: mulheres, escravos, camponeses³. Contudo, é também por não ter um papel nacionalista que a História Antiga não tomou maiores proporções no Brasil, sendo colocada atrás de uma História do Brasil, esse fenômeno ocorre devido a não representatividade encontrada no estudo sobre a antiguidade. Por exemplo, quando estudamos História Antiga na escola (leia-se, em suma, Roma e Grécia) não há uma aproximação entre estudante e conteúdo, pois, a antiguidade é colocada distante das vivências do presente, o que enfatiza um erro recorrente.

Ao pensar no problema historiográfico dos “usos do passado” como justificativa do presente, não estamos instaurando uma ruptura absoluta sobre o passado e o presente. Do contrário, entre eles poderá haver, também, continuidade. Nessa perspectiva, Marina Cavicchioli, no artigo *Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina*, busca aspectos de continuidade e rupturas históricas no que tange a violência sexual feminina. A continuidade não aparece como um costume antigo que se estende ao presente e nem como evolução linear e homogênea do passado, mas como instrumentos de poder que podem se assemelhar em momentos diferentes (2011, p. 138). Portanto, ao contrário do que se prega, pensar e estudar o mundo antigo é abrir possibilidades ao presente.

ROMA E AS MULHERES DE POMPÉIA: REPENSANDO A ANÁLISE DE JÉRÔME CARCOPINO

Mães, castas, mulheres de família, passivas, dóceis, foram a partir destes adjetivos que o francês Jérôme Carcopino, no século XX, descreveu

³ Sobre a História vista de baixo visitar o site: <https://www.subalternosblog.com/blog>

as mulheres da Roma antiga. No Brasil, tal imagem foi reivindicada pela historiografia da década de 1990; assim, as mulheres romanas são trazidas ao palco da história para se apresentarem. Mulheres nuas dispostas nos famosos afrescos, grafites fixados nos muros, ou poemas que retratam mulheres em posições “transgressoras”, serviram de fontes para a discussão sobre a participação feminina na sociedade pompeiana. Ao visitar o passado romano de Pompéia, o pesquisador se depara não com o silêncio das mulheres, mas com sua voz ecoando por entre as paredes pintadas e muros pichados. Para Marina Cavicchioli (2014, p. 154):

A história das escavações de Pompéia nos mostra como, por vezes, os objetos de conotação sexual foram destruídos. Em outras ocasiões, aqueles considerados dignos de serem preservados, por sua qualidade técnica geralmente, foram trancados em salas, sem que o público lhes pudesse ter acesso; fato que, no Museo Archeologico Nazionale di Napole (MANN), durou até o ano 2000.

Ao trazer essa passagem, entendemos que a historiografia e os estudos sobre o passado foram selecionados de acordo com o poder vigente à cada época. No início do século XX não era lícito falar da participação das mulheres e das relações sexuais do mundo antigo, mas conveniente era apagar traços desta história, escondendo objetos ou, simplesmente, destruindo-os. Desse modo, os estudos de gênero – e dos subalternos como um todo – tem uma base fragmentada, pois nem todos os objetos materiais foram preservados, assim, o pesquisador do mundo antigo, no intuito de ampliar seus debates sobre as mulheres, recorre a fontes materiais, a premissa é a seguinte: alargando as fontes é possível achar novos vestígios.

Ao falar do aspecto de gênero na antiguidade, Pedro Paulo Funari, no artigo *Romanas por elas mesmas* (1995), bem como Marina Cavicchioli, *Fama e infâmia na sexualidade romana* (2014), afirmam que a sexualidade é uma construção cultural, pautada no contexto histórico definido por cada sociedade, essa que se apresenta de diferentes formas em cada período. Assim, ao se voltar para o mundo antigo sob uma nova perspectiva histórica, as fontes romanas ressurgem com uma nova interpretação, na qual, por exemplo, a relação sexual entre escrava e senhor, sem o consentimento da primeira, não tem a mesma conotação abusiva que nos dias atuais (CAVICCHIOLI, 2014, p. 157). Para o estudo da antiguidade – com destaque ao estudo dos subalternos –, os historiadores (brasileiros: Marina Cavicchioli, Pedro Paulo Funari, Renata Garraffoni, Glaydson Silva, Fábio Cerqueira e estrangeiros: Eva Keuls, François Lissarrague, Lisa Nevett) buscam realizar sua pesquisa a partir de um *corpus* documental baseado na cultura material.

Ao estudar a cultura material de Pompéia, a professora Renata Garraffoni (2007) afirma que, ao deslocar-se do texto escrito, os artefatos direcionam o pesquisador a uma nova análise:

[...] muitos estudiosos têm trabalhado em uma perspectiva dialógica, ou seja, ao invés de utilizarem a cultura material como ilustração do texto, cada artefato passou a ser interpretado em seu contexto, ora preenchendo lacunas da documentação escrita, ora conflitando com ela (GARRAFFONI, 2007, p. 153).

Sendo assim, a utilização da cultura material abre caminho para uma exploração e ampliação das discussões no mundo antigo (GARRAFFONI; SANFELICE, 2011, p. 206). Segundo Fábio Cerqueira (2000, p. 85),

[...] na perspectiva de uma história social e de uma história do imaginário, o documento iconográfico pode não só completar e enriquecer as informações apontadas pela tradição literária, como também carregar significados, dados e fatos culturais que o historiador não encontra entre as fontes escritas.

Portanto, pensar a história de gênero (do silenciamento de personagens) é repensar as categorias de fontes e de interpretações que podem ser dadas ao mundo antigo a partir não só de novas perspectivas teóricas, mas de novas fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após nossa exposição sobre a interação entre passado e presente, rupturas e continuidades, fazemos um convite para uma reflexão a partir do fragmento do professor Pedro Paulo Funari (2018):

Não há estudo do passado sem reflexão sobre o presente. A História, como disciplina, sempre se volta ao público dos vivos, cujos interesses, valores, anseios, de forma consciente ou não, envolvem também o historiador. Neste sentido, estudar o passado, mesmo o mais distante, depende de uma exploração do presente e de seus antecedentes imediatos. Uma especificidade da História Antiga radica no papel de destaque que a cultura antiga exerce no presente, no passado recente e naquele ainda anterior. A presença do mundo antigo na canção popular, na telenovela, no seriado *on demand*, no cotidiano, nos cultos, já indica sua relevância no Brasil, no Mundo Ocidental, na América Latina (p. 13).

Vivemos em tempos em que políticos se elegem a partir de discursos onde defendem o conceito de família tradicional e a cura para os que não se enquadram no padrão de sexualidade entendido como o correto, um tempo em que os ministros ditam a cor das roupas das crianças e a função dos indivíduos, seja no casamento ou na sociedade, tempos em que a constituição e os dogmas religiosos se confundem. Assim, vivendo nessa sociedade regada por um tradicionalismo patriarcal, não é raro encontrar alunos defendendo essas falas e reproduzindo preconceitos em sala de aula. O reflexo dessas ideias na sociedade é o aumento na prática de crimes homofóbicos e de feminicídios. Discutir gênero, sexualidade e diversidade na antiguidade possibilita a reflexão sobre esses aspectos na contemporaneidade e nos permite instigar alunos e professores. Estudar a História Antiga é também uma forma de contribuir com políticas educacionais que visem a construção de uma sociedade mais igualitária, empática e humana.

Portanto, “o passado pode servir ao presente e forjar o futuro” (FUNARI, 2020, p. 13), assim estudar o mundo antigo tem por premissa evitar que os modernos possam relacionar, por exemplo, a expansão romana com o fascismo de Mussolini, ou os trezentos de Esparta com atos violentos da atualidade. O problema do uso do passado está no fato da história antiga ser empregada de modo a justificar um presente enviesado por um poder centralizador. Assim, entendemos que desfazer os estereótipos da História Antiga é também evitar preconceitos e má interpretações do presente; o passado deve libertar e não oprimir.

REFERÊNCIAS

- CARCOPINO, Jerome. *La vida cotidiana en Roma*. Ed. Hachette S.A. Argentina, 1942.
- CARVALHO, Margarida Maria de & FUNARI, Pedro Paulo A. *Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações*. História vol. 26 no.1 Franca 2007.
- CAVICCHIOLI, Marina R. "Fama e infâmia na sexualidade romana". *Romanitas Revista de Estudos Greco-latinos*. Nº 03. 2014. p. 153-169.
- CAVICCHIOLI, Marina R. "Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina". In: FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S. (Org.). *Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 137-150.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. "A iconografia dos vasos gregos antigos como fonte histórica". *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e GARRAFFONI, Renata Senna. *A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização*. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 2, dezembro, 2018. p. 246-255.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Romanas por elas mesmas. *Cadernos do Pagu*. Campinas/Unicamp. Vol.05, 1995, p. 179-200.
- GARRAFFONI, R. S. "História das Mulheres na Antiguidade Clássica: contribuições brasileiras". In: SÁNCHEZ, M. G; GARRAFFONI, R.S. (Organizadores). *Mujeres, Género y Estudios Clásicos: un dialogo entre España y Brasil*. Colección Instrumenta. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2019. p. 15-19.
- GARRAFFONI, Renata Senna. "História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano". *Separata da Revista Cadmo*. Nº. 18. Lisboa, 2008. p. 169-180.
- GARRAFONI, Renata. "Arte Parietal de Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo romano". *Domínios da imagem*. Londrina, v. I, n. 1, p. 149-161, nov. 2007.

- GARRAFONI, Renata; SANFELICE, Pérola. "A religiosidade em Pompéia: Memória, sentimentos e diversidade". *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 30, jul./dez, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. História antiga. Coleção história na universidade. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- KEULS, Eva C. "Male-Female Interaction in Fifth-Century Dionysiac Ritual as Show in Attic Vase Painting". *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 1984, p. 287-297.
- KEULS, Eva C. *The Reign of the Phallus: Sexual Politics in Ancient Athens*. Berkeley, Calif: University of California Press, 1993 [1985].
- LEE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- LISSARRAGUE, F. "Images du gynécée". In: VEYNE, P. et al. *Les mystères du gynécée*. Paris: Gallimard, 1998.
- NEVETT, Lisa. *House and Society um the Ancient Greek World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? Tradução Gustavo de Azambuja Feix. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto: n. 06, 2011.
- PINTO, Renato. *Duas Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011.
- SILVA, Glaydson José. "Os avanços da História Antiga no Brasil". In: *Simpósio Nacional de História*, ANPUH 50, 2011, p. 01-31.
- SILVA, Glaydson José. História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sobre o regime de Vich (1940 - 1944). São Paulo: Annablume, 2011.